



055/2020 – Poc/Fdd/Fadd/Ja/Mr

Cliente: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015



1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto a possíveis efeitos que possam advir da situação mencionada na seção **Base para opinião com ressalva**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Circularização advogados

Conforme nota explicativa nº 2.2 H), o Conselho possui 14 processos que figura como réu, e outros 5 que o Conselho figura como interessado. Sendo 4 no âmbito trabalhista, 10 no âmbito civil. Dos quais 3 estão avaliados como “possível”, estimado o pagamento no valor estimado R\$ 140.617,62 não sendo constituídas provisões para contingências considerando o elevado grau de incerteza. Devido ao lapso temporal de nosso trabalho de auditoria realizado no exercício e a falta de apresentação de relatórios jurídicos do período, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

Depreciação e amortização

O Conselho vem depreciando o ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pelas autoridades fiscais, não sendo apresentado relatório sistêmico com os saldos de depreciações do exercício, não observamos ainda valores de amortização sobre a conta intangível. Os valores dos itens do imobilizado são relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras, não nos foi possível estimar os impactos sobre os saldos do ativo imobilizado e do patrimônio social, bem como sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais



emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades públicas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 05 de agosto de 2020.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S
CRC - RS 3.797
Pedro Osório Correa
Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Balanço Financeiro

2.3 – Balanço Orçamentário

2.4 – Variações Patrimoniais Quantitativas

2.5 – Notas Explicativas

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**
CNPJ: 14.804.099/0001-99**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015****2.1 – Balanço Patrimonial**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO CIRCULANTE	8.453.125,80	10.651.905,14	PASSIVO CIRCULANTE	226.145,12	117.488,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.178.609,34	9.700.330,40	Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistênciais	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	523.447,36	458.223,19	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.288,53	26.931,88
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	751.069,10	493.351,55	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Variações Patrim. Dim. Pagas Antecipad.	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
			Provisões a Curto Prazo	209.461,07	90.283,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.241.752,16	599.472,16	Demais Obrigações a Curto Prazo	395,52	272,88
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.468.732,84	11.133.889,06
Imobilizado	5.162.491,00	571.942,16	Resultados Acumulados	13.468.732,84	11.133.889,06
Bens Móveis	975.927,99	767.827,44			
Bens Imóveis	4.542.358,16	0,00			
(-) Depreciação Acumulada	(355.795,15)	(195.885,28)			
Intangível	79.261,16	27.530,00			
TOTAL ATIVO	13.694.877,96	11.251.377,30	TOTAL PASSIVO	13.694.877,96	11.251.377,30



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR
CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015

2.2 – Balanço Financeiro
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

RECEITA	31/12/2015	31/12/2014	DESPESA	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.882.039,43	8.276.554,72	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	11.135.522,23	5.055.633,15
RECEITAS CORRENTES	8.882.039,43	8.276.554,72	DESPESAS CORRENTES	6.333.332,36	4.942.242,45
Receitas de contribuições	2.562.042,43	2.188.543,66	Pessoal	2.777.173,39	2.148.585,57
Receitas de infrações	0,00	0,00	Material de Consumo	110.973,19	104.168,77
Receitas de serviços	4.914.912,73	5.168.843,52	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	469.581,35	397.089,86
Receitas financeiras	1.402.198,84	915.597,54	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.639.017,20	2.052.671,28
Transferências correntes	0,00	0,00	Encargos Diversos	180.886,68	154.698,87
Outras receitas correntes	2.885,43	3.570,00	Transferências correntes	155.700,55	85.028,10
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	4.802.189,87	113.390,70
			Investimentos	4.802.189,87	113.390,70
Recebimentos Extraorçamentários	13.438.192,54	6.859.699,78	Pagamentos Extraorçamentários	13.706.430,80	7.347.630,00
Saldo em espécie do Exercício Anterior	9.700.330,40	6.967.339,05	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	7.178.609,34	9.700.330,40
TOTAL DAS RECEITAS	32.020.562,37	22.103.593,55	TOTAL DAS DESPESAS	32.020.562,37	22.103.593,55

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR
CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015

2.3 – Balanço Orçamentário
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	7.941.871,00	9.686.255,00	8.882.039,43	804.215,57
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.407.840,60	2.627.266,60	2.562.042,43	65.224,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.407.840,60	2.627.266,60	2.562.042,43	65.224,17
Anuidades	2.407.840,60	2.627.266,60	2.562.042,43	65.224,17
RECEITAS DE SERVIÇOS	5.378.307,00	5.936.794,97	4.914.912,73	1.021.882,24
Emolumentos com expedição de certidões	0,00	13.490,06	33.919,20	(20.429,14)
Emolumentos com registro de responsabilidade técnica - RRT	5.378.307,00	5.922.700,00	4.878.921,85	1.043.778,15
Receitas diversos serviços	0,00	604,91	2.071,68	(1.466,77)
FINANCEIRAS	155.723,40	1.122.191,34	1.405.010,96	(282.819,62)
Juros de mora sobre multa de infrações	0,00	0,00	52.487,47	(52.487,47)
Atualização Monetária	155.723,40	1.122.191,34	1.352.523,49	(230.332,15)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	2,09	73,31	(71,22)
Indenizações e Restituições	0,00	2,09	2,48	(0,39)
Receitas não Identificadas	0,00	0,00	70,83	(70,83)
RECEITAS DE CAPITAL	6.843.764,00	7.942.586,00	0,00	7.942.586,00
Superávit do exercício corrente	6.843.764,00	7.942.586,00	0,00	7.942.586,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	7.941.871,00	9.686.255,00	8.882.039,43	804.215,57
DÉFICIT	0,00	0,00	2.462.403,37	0,00
TOTAL	14.785.635,00	17.628.841,00	11.344.442,80	8.746.801,57

Continua



Continuação

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CORRENTE	7.783.033,58	9.686.255,00	6.542.252,93	6.333.332,36	6.318.761,87	3.144.002,07
PESSOAL	3.267.828,74	3.700.511,24	2.684.694,49	2.684.694,49	2.684.694,49	1.015.816,75
Pessoal e encargos	3.063.828,74	3.550.279,74	2.600.358,91	2.600.358,91	2.600.358,91	949.920,83
Diárias	204.000,00	150.231,50	84.335,58	84.335,58	84.335,58	65.895,92
MATERIAL DE CONSUMO	214.000,00	215.957,42	110.973,19	110.973,19	110.973,19	104.984,23
Material de consumo	214.000,00	215.957,42	110.973,19	110.973,19	110.973,19	104.984,23
SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	332.521,81	853.829,84	562.060,25	562.060,25	562.060,25	291.769,59
Remuneração de serviços pessoais	60.000,00	34.000,00	33.963,99	33.963,99	33.963,99	36,01
Diárias	272.521,81	483.532,41	307.013,58	307.013,58	307.013,58	176.518,83
Despesas com locomoção	0,00	336.297,43	221.082,68	221.082,68	221.082,68	115.214,75
SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	3.246.744,03	3.944.454,16	2.847.937,77	2.639.017,20	2.624.446,71	1.096.516,39
Serviços de consultoria	256.000,00	119.200,00	62.663,10	62.663,10	62.663,10	56.536,90
Serviços de comunicação e divulgação	30.000,00	96.889,40	71.415,52	71.415,52	71.415,52	25.473,88
Manutenção sistemas informatizados	437.786,00	551.664,68	550.793,01	550.793,01	550.793,01	871,67
Serviços prestados	2.048.000,00	2.641.419,90	1.925.119,08	1.716.198,51	1.701.628,02	716.300,82
Passagens	474.958,03	535.280,18	237.947,06	237.947,06	237.947,06	297.333,12
ENCARGOS DIVERSOS	140.000,00	214.727,90	180.886,68	180.886,68	180.886,68	33.841,22
Encargos diversos	140.000,00	214.727,90	180.886,68	180.886,68	180.886,68	33.841,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	581.939,00	581.939,00	155.700,55	155.700,55	155.700,55	426.238,45
Fundo de apoio ao CAU-UF	308.939,00	308.939,00	0,00	0,00	0,00	308.939,00
Convênios, contratos e patrocínio	273.000,00	273.000,00	155.700,55	155.700,55	155.700,55	117.299,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	174.835,44	0,00	0,00	0,00	174.835,44
Reserva de Contingência	0,00	174.835,44	0,00	0,00	0,00	174.835,44
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CAPITAL	6.643.764,00	7.942.586,00	4.802.189,87	4.802.189,87	4.802.189,87	3.140.396,13
INVESTIMENTOS	6.643.764,00	7.942.586,00	4.802.189,87	4.802.189,87	4.802.189,87	3.140.396,13
Obras, instalações e reformas	0,00	1.080.000,00	42.358,16	42.358,16	42.358,16	1.037.641,84
Equipamentos e materiais permanentes	225.000,00	1.297.586,00	208.100,55	208.100,55	208.100,55	1.089.485,45
Aquisição de imóvel	6.418.764,00	5.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00	1.000.000,00
Intangível	0,00	65.000,00	51.731,16	51.731,16	51.731,16	13.268,84
INVERSÕES FINANCEIRAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Materiais Permanentes	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	158.837,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	14.785.635,00	17.628.841,00	11.344.442,80	11.135.522,23	11.120.951,74	6.284.398,20
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.785.635,00	17.628.841,00	11.344.442,80	11.135.522,23	11.120.951,74	6.284.398,20

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**
CNPJ: 14.804.099/0001-99**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015****2.4 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	8.947.263,60	8.349.792,02	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	6.612.419,82	5.158.489,34
CONTRIBUIÇÕES	2.627.266,60	2.254.093,38	PESSOAL E ENCARGOS	2.719.536,50	2.129.607,55
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.627.266,60	2.254.093,38	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	2.402.194,61	1.920.748,72
Contribuições sociais	2.627.266,60	2.254.093,38	Remuneração a pessoal - RPPS	2.402.194,61	1.920.748,72
			ENCARGOS PATRONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS DIRETOS	4.915.320,05	5.168.843,52	Encargos Patronais - RPPS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.915.320,05	5.168.843,52	BENEFÍCIOS A PESSOAL	317.341,89	208.858,83
Valor bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	4.915.320,05	5.168.843,52	Benefícios a pessoal - RPPS	317.341,89	208.858,83
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.404.603,64	915.597,54	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.737.182,77	2.943.853,69
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.404.603,64	915.597,54	USO DE MATERIAL EM CONSUMO	110.973,19	104.168,77
Multas sobre anuidades	1.320.561,25	890.129,33	Consumo de Material	110.973,19	104.168,77
Juros e encargos de mora	55.299,59	25.468,21	SERVIÇOS	3.466.299,71	2.713.721,51
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	28.742,80	0,00	Diárias	391.349,16	329.416,84
			Serviços de Terceiros - Pessoa Física	492.993,73	419.284,91
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	73,31	11.257,58	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.581.956,82	1.965.019,76
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	70,83	0,00	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	159.909,87	125.963,41
Receitas não identificadas	70,83	0,00	Depreciação	159.909,87	125.963,41
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2,48	11.257,58	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	155.700,55	85.028,10
Multas administrativas	0,00	3.570,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	155.700,55	85.028,10
Variações patrimoniais aumentativas decorrentes de fatos diversos	0,00	7.687,58	Transferências intragovernamentais	155.700,55	85.028,10
Indenizações	2,48	0,00			
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	8.947.263,60	8.349.792,02	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	6.612.419,82	5.158.489,34
RESULTADO PATRIMONIAL					
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.334.843,78	3.191.302,68
TOTAL	8.947.263,60	8.349.792,02	TOTAL	8.947.263,60	8.349.792,02

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR
CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015

2.5 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	31/12/2015	31/12/2014
INGRESSOS		
RECEITAS CORRENTES	8.882.039,43	8.276.554,72
Receitas de Contribuições	2.562.042,43	2.188.543,66
Anuidades	2.562.042,43	2.188.543,66
Receitas de Serviços	4.914.912,73	5.168.843,52
Emolumentos com Expedições de Certidões	33.919,20	22.152,85
Emolumentos com Registro de Responsabilidade Técnica - RRT	4.878.921,85	5.014.912,92
Receitas Diversas de Serviços	2.071,68	131.777,75
Financeiras	1.402.198,84	915.597,54
Juros de Mora sobre Multas de Infrações	52.487,47	25.468,21
Atualização Monetária	1.349.711,37	890.129,33
Transferências Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.885,43	3.570,00
Receitas não Identificadas	70,83	0,00
Indenizações e Restituições	2,48	0,00
Multa de infrações	2.812,12	3.570,00
Ingressos Extraorçamentários	13.438.192,54	6.859.699,78
DESEMBOLSOS		
Despesa Corrente	(6.333.332,36)	(4.942.242,45)
Pessoal	(2.777.173,39)	(2.148.585,57)
Material de Consumo	(110.973,19)	(104.168,77)
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	(469.581,35)	(397.089,86)
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	(2.639.017,20)	(2.052.671,28)
Encargos Diversos	(180.886,68)	(154.698,87)
Transferências Correntes	(155.700,55)	(85.028,10)
Desembolsos Extraorçamentários	(13.706.430,80)	(7.347.630,00)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.280.468,81	2.846.382,05
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Despesas de Capital	(4.802.189,87)	(113.390,70)
Investimentos	(4.802.189,87)	(113.390,70)
Inversões Financeiras	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.802.189,87)	(113.390,70)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.521.721,06)	2.732.991,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	9.700.330,40	6.967.339,05
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	7.178.609,34	9.700.330,40



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015

2.6 – Notas Explicativas as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

1. Contexto Operacional

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, criado e regulamentado pela Lei nº 12.378/2010, publicada no Diário Oficial da União de 31/12/2010, tem como principais funções, orientar disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão da arquitetura e urbanismo além do registro dos profissionais. É uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público e de estrutura federativa, com autonomia administrativa e financeira, gestão de seus recursos, regime de trabalho e relações empregatícias.

O CAU/PR adotou desde seu início em 2012 os novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a buscar a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – IPSAs. A principal fonte de recursos do Conselho são os Emolumentos com Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, seguida das anuidades dos profissionais e empresas de arquitetura e urbanismo. O CAU/PR tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado conforme a ata da reunião nº1, de 06 de dezembro de 2011. Além disso, goza de imunidade tributária total em relação aos seus bens, rendas e serviços, nos termos do art. 150 da CF.

2. Diretrizes Contábeis

2.1 Apresentação e elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, e às disposições da Lei Federal n.º 4.320/64.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis contendo informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, foi utilizado o regime de competência para as receitas e despesas.



2.2 Práticas Contábeis

A) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Dos valores apontados no grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” (R\$ 7.178.609,34), as aplicações financeiras de liquidez imediata representam quase a totalidade, correspondendo a 99,96% (R\$ 7.175.451,36) do total. As mesmas são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos rendimentos até a data do Balanço Patrimonial.

Os rendimentos auferidos foram contabilizados em contas de resultado. Os saldos registrados no final de cada exercício são os seguintes:

Contas	2015	2014
1.1.1.1.1.04.01.01 - Título de Capitalização OUROCAP	1.000.000,00	1.000.000,00
1.1.1.1.2.02.01 - Banco do Brasil C.A. 056.987-9 BB CP Admin Absoluto	0,00	784.732,15
1.1.1.1.2.02.02 - Banco do Brasil C.A. 7.014-9 BB CP Admin Absoluto	0,00	0,00
1.1.1.1.2.02.03 - Banco do Brasil APLIC. BB CDB DI	4.273.381,84	5.975.496,00
1.1.1.1.2.02.05 - Caixa Econômica Federal Aplic. CDB Flex	1.797.684,39	1.629.968,04
1.1.1.1.2.02.06 - Caixa Econômica Federal C.A. 4.158-4 CEF FIC	53.987,95	309.117,70
1.1.1.1.2.02.08 - Banco do Brasil C.A. 056.987-9 CP Adm. Diferenciado	50.397,18	0,00
	7.175.451,36	9.699.313,89

As aplicações financeiras apresentaram um rendimento total em 2015 de R\$ 1.237.029,63.

B) Créditos de Curto Prazo

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

O saldo contemplado na conta “créditos de curto prazo” (R\$ 523.447,36) é o resultante das seguintes operações:

- da diferença entre a previsão total de recebimentos de anuidades de PF e PJ feitas para o exercício de 2015 (R\$ 2.640.793,45) e o efetivo recebimento (R\$ 2.575.569,28) resultando em uma valor de R\$ 65.224,17;

- do saldo do grupo “Créditos a Receber do Exercício Anterior” (R\$ 458.223,19), sendo os saldos das contas “Pessoa Física” (R\$ 374.816,79) e “Pessoa Jurídica” (R\$ 83.406,40).

C) Imobilizado

Os bens contemplados no Ativo Imobilizado são mensurados pelo valor original de aquisição na data do Balanço Patrimonial.

Devido a compra da nova sede do CAU/PR, a conta “Edifícios” apresentou um crescimento expressivo, aliado a isso as reformas necessárias a compra desta nova sede a conta “Obras



em Andamento”, bem como a conta de “Equipamentos de Processamento de Dados” apresentaram um crescimento em relação ao ano anterior conforme demonstra o quadro abaixo.

Contas	2015	2014
1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	169.730,18	161.730,18
1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	209.794,66	195.453,43
1.2.3.1.1.03 - Instalações	126.780,14	103.044,37
1.2.3.1.1.04 - Utensílios de Copa e Cozinha	5.924,39	5.924,39
1.2.3.1.1.05 - Veículos	130.928,00	130.928,00
1.2.3.1.1.06 - Equipamentos de Processamento de Dados	332.770,62	170.747,07
1.2.3.2.1.01 - Edifícios	4.500.000,00	0,00
1.2.3.2.1.04 - Obras em Andamento	41.922,72	0,00
1.2.3.2.1.05 - Instalações	435,44	0,00
1.2.3.8.1.01.01 - (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(355.795,15)	(195.885,28)
	5.162.491,00	571.942,16

D) Depreciação

É definida como a perda inevitável do valor devido ao uso, desgaste e obsolescência. A depreciação de bens adquiridos e postos em operação teve início no exercício de 2012.

Foi utilizado o método de depreciação linear. As taxas de depreciação utilizadas estão demonstradas no quadro abaixo.

Contas	Taxa ao ano
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	20%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	20%
COMPUTADORES E PERIFERICOS	20%
IMPRESSORAS	20%
INSTALAÇÕES	10%
UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA	10%
VEICULOS	20%
SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	20%

E) Intangível

Está representado por licenças para o uso de softwares no valor de R\$ 79.261,16.

F) Obrigações com pessoal e terceiros de curto prazo

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

O saldo da conta “Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo” no montante de R\$ 16.288,53 refere-se a despesas ocorridas em 2015, mas que deverão ser pagas durante o exercício de 2016.



O saldo da conta “Provisões a Curto Prazo” no montante de R\$ 209.461,07 refere-se ao valor previsto para férias dos funcionários do CAU/PR até dezembro/2016.

G) Apuração do Resultado

Resultado Patrimonial

No Exercício de 2015 apurou-se um resultado patrimonial superavitário de R\$ 2.334.843,78 conforme evidenciado no demonstrativo de “Variações Patrimoniais”, chegando a um resultado acumulado de R\$ 13.468.732,84 conforme demonstrado no Balanço Patrimonial.

As Variações Patrimoniais Aumentativas são representadas pelas Receitas Correntes efetivamente Arrecadadas no Exercício (R\$ 8.882.039,43) e pelo reconhecimento de Anuidades não recebidas de Pessoas Jurídicas (R\$ 65.224,17).

As Variações Patrimoniais Diminutivas são representadas pelas Despesas Correntes Liquidadas no exercício (R\$ 6.333.332,36), pela depreciação incorrida no exercício (R\$ 159.909,87) e pela provisão do pagamento de despesas com férias (R\$ 209.461,07).

Resultado Orçamentário

No Exercício de 2015 apurou-se o seguinte resultado de execução orçamentária:

Receitas Arrecadadas	8.882.039,43
Despesas Realizadas	11.295.872,23
Déficit	(2.413.832,80)

Resultado Financeiro

No exercício de 2015 o CAU/PR obteve um Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 8.226.980,68, para os efeitos previstos na Lei 4.320/64, art. 43, § 1º. Conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ativo Circulante	8.453.125,80
Passivo Circulante	226.145,12
Superávit Financeiro	8.226.980,68

H) Passivos Contingentes

Em conformidade com o que determina a NBC TG 25, relatamos a existência de 14 processos que o Conselho figura como réu, e outros 5 que o Conselho figura como interessado. Sendo 4 no âmbito trabalhista, 10 no âmbito civil. Dos quais 3 estão avaliados como “possível”, estimado o pagamento no valor de R\$ 140.617,62. Tais ações podem gerar possíveis perdas ao CAU/PR. Considerando o elevado grau de incerteza, pois em nenhum dos processos houve qualquer decisão, não foram constituídas provisões para contingências.



3 – Comentários sobre exame nos registros contábeis e controles internos

Fomos contratados no exercício de 2019, para exame das demonstrações contábeis e controles internos dos exercícios de 2012 a 2019. Alguns procedimentos de auditoria ficam inviáveis em função da tempestividade do trabalho. Nossos comentários elaborados a seguir são baseados na documentação da época.

Este relatório contempla nossos comentários sobre as informações contábeis do exercício de 2015 e levaram em consideração aos saldos apresentados nas demonstrações contábeis do CAU/PR, exame de documentos físicos e controles internos que suportam os registros.

Os funcionários responsáveis na época pelas informações contábeis e controles internos não fazem mais parte do quadro de funcionários atual, motivo pelo qual alguns exames e procedimentos de auditoria ficaram fragilizados e limitados a buscas de informações na documentação contábil e site do CAU/PR.

Nos itens que seguem arrolamos aqueles comentários que julgamos oportuno em cada situação em específico, considerando a documentação, informações e controles que nos foram fornecidos.

3.1 – Bancos c/ movimento

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Banco do Brasil S/A c/c 56.987-9	-
Caixa Econômica Federal c/c 4.158-4	50,00
Total	50,00

- **Banco do Brasil S/A c/c 56.987-9:** Examinamos a movimentação da conta, efetuando confronto com extratos bancários e documentação comprobatória constatando que a conta é utilizada para recebimentos de anuidades e RRT, assim como pagamentos realizados.

Constatamos que os saldos bancários diários se encontravam zerados em extrato bancário, sendo efetuados resgates de valores de aplicação diariamente conforme a necessidade, porém contabilmente pela emissão de cheques e compensação posterior, contabilmente a conta foi observado divergências para os extratos bancários até a metade do mês, não sendo encontrada conciliação contábil.

- **Caixa Econômica Federal c/c 4.158-4:** Confrontamos o extrato bancário com registros contábeis, não constatamos divergências. Constatamos que no exercício de 2015 permaneceu contabilmente o saldo mensal de R\$ 50,00 em conta.

3.2 – Disponibilidade imediata

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Caixa	3.107,98
Total	3.107,98

Na análise dos documentos e movimentações do caixa verificamos que constam os pagamentos em espécie como saída e as entradas de recursos que se dão por meio de cheques emitidos e receitas de fotocópias.

3.3 – Títulos bancários

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Título de capitalização Ourocap	1.000.000,00
Total	1.000.000,00

No dia 20/06/2013 foi adquirido 200 títulos de capitalização Ourocap – Torcida, do Banco do Brasil, com valor nominal de R\$ 5.000,00 cada, com carência de 12 meses e vigência de 36 meses, conforme destacado em relatório de auditoria da época e “Proposta/Ficha de Cadastro de Título de Capitalização” assinada pelo CAU. Observamos que este tipo de capitalização, além de prever um rendimento abaixo do mercado, tem cota de sorteio e cota de carregamento o que faz com que o valor de atualização parta de 85,4579% (do valor aplicado) como base de atualização e se houver resgate antes do tempo de vigência haverá desconto do valor aplicado.

Também chamamos a atenção que o CAU não vem apropriando as atualizações dos referidos títulos de acordo com o princípio contábil da competência.

No relatório referente ao exercício de 2016 detalhamos os valores e rendimentos desta capitalização.

3.4 – Bancos c/ vinculada a aplicações financeiras

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Banco do Brasil S/A - Aplic. BB CDI DI	4.273.381,84
Caixa Econômica Federal Aplic. CDB c/c 4.158-4	1.797.684,39
Caixa Econômica Federal Aplic. c/a 4.158-4 FIC Giro	53.987,95
Banco do Brasil C.A. 056.987-9 BB CP Admin Diferenciado	50.397,18
Total	6.175.451,36

Examinamos os saldos contábeis apresentados, efetuando confronto com extratos bancários do período, verificando a contabilização de aplicações, rendimentos e resgates.

No exame dos saldos contábeis apresentados, não foram encontradas irregularidades.

3.5 – Créditos tributários a receber - Anuidades

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Créditos a Receber - do exercício anterior	458.223,19
Pessoa Física	374.816,79
Pessoa Jurídica	83.406,40
Créditos a Receber - do exercício	65.224,17
Pessoa Física	64.851,17
Pessoa Jurídica	373,00
Total	523.447,36

- **Créditos a Receber - do Exercício Anterior:** Saldo de R\$ 458.223,19, se refere a valores pendentes de recebimento assim composto:

R\$	Histórico
374.816,79	Anuidades pessoas físicas exercício de 2013 e 2014
83.406,40	Anuidades Pessoas jurídicas exercício de 2013
458.223,19	

Cobranças administrativas referente aos valores em aberto foram implementados a partir do exercício de 2017.

- **Créditos a Receber - do exercício:** Saldo de R\$ 65.224,17 se refere a valores pendentes de recebimento do exercício de 2015. Valores a receber foram aprovados no "Plano de Ação Orçamentária de 2015" segregado entre PF e PJ. Segue abertura dos valores e conferência dos recebimentos por amostragem:



Anuidades PF		
02/01/2015	2.002.950,30	Valor registrado na conta "Anuidades a receber PF", conforme plano de ação
02/02/2015	281.748,22	Recebimentos em Fevereiro/2015 c/c 56987-9 banco do brasil
03/02/2015	202.826,90	Recebimentos em Fevereiro/2015 c/c 56987-9 banco do brasil
02/06/2015	84.718,17	Recebimentos em junho/2015 c/c 56987-9 Banco do Brasil
	<u>569.293,29</u>	Total recebimentos cruzados com extrato bancário

Anuidades PJ		
02/01/2015	404.890,30	Valor registrado na conta "Anuidades a receber PJ", conforme plano de ação
02/02/2015	46.180,48	Recebimentos em Fevereiro/2015 c/c 56987-9 banco do brasil
03/02/2015	21.429,15	Recebimentos em Fevereiro/2015 c/c 56987-9 banco do brasil
04/04/2015	14.632,95	Recebimentos em abril/2015 c/c 56987-9 Banco do Brasil
	<u>82.242,58</u>	

Recebimentos analisados, no valor de R\$ 281.748,22 anuidades PF representam 14,07% do total a receber, e R\$ 46.180,38 anuidade PJ representam 11,41% do total a receber anuidades PJ. Confrontamos os valores com extratos bancário, segue abertura do recebimento de 02/02/15:

Valor	Histórico
281.748,22	Anuidades PF
46.180,38	Anuidades PJ
2.239,24	Multa pgto em atraso anuidade PF 2015
361,56	Rec. RTT expontaneo
18.966,15	Rec. RTT
1.124,26	Juros anuidades em atraso
350.619,81	valor confere com extrato bancário

Verificamos que em 30/06/2015 ocorreu um incremento nos valores a receber PF no valor de R\$ 222.304,00.

Salientamos que os valores não possuem relatório sistêmico para validação dos saldos apresentados em ambas as contas. As informações sobre cobranças estão em planilhas eletrônicas, que são trabalhadas juntamente com o sistema SICCAU.

Os valores tiveram uma primeira cobrança no exercício de 2017, contudo em 2020 estão sendo gerados boletos para que seja possível executar os valores e inscrição em dívida ativa. Observamos ainda que não foi constituído provisão para devedores duvidosos.

3.6 – Tributos a recuperar / compensar

Composição de saldo em 31/12/2015:



Contas	R\$
IR e IOF sobre aplicações financeiras pagas indevidamente	1.088,90
Retenções pagas indevidamente	304,71
Total	1.393,61

- **IR e IOF sobre aplicações financeiras pagas indevidamente:** Saldo contábil apresentado se refere a valores contabilizados no primeiro semestre de 2012 em conta, referente a IR e IOF indevido em função da isenção tributária.

Os valores foram retidos em contas de aplicações, sendo o valor mais relevante em extrato bancário do mês de março de 2012 nos valores de R\$ 2.186,70 de IR e R\$ 5.024,65 de IOF, devolvidos parcialmente posteriormente, permanecendo o saldo contábil desde o mês de junho de 2012.

- **Retenções pagas indevidamente:** se referem a valores contabilizados no dia 28/03/2013 de R\$ 236,21 e R\$ 68,50 com histórico de DARF de recolhimento com alíquota errada.

3.7 – Depósitos restituíveis e valores vinculados

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Depósitos Judiciais de ações em trâmite	749.407,04
Total	749.407,04

Se referem a depósitos efetuados no decorrer dos exercícios de 2014 e 2015, conforme composição:

Data	Valor	Histórico
09/07/2014	397.621,39	Valor recebimento de receitas janeiro/2013 até junho/2014, cfe calculo
06/08/2014	26.367,52	Valor recebimento de receitas julho/2014.
12/09/2014	22.548,72	Valor recebimento de receitas agosto/2014.
07/10/2014	23.233,54	Valor recebimento de receitas setembro/2014.
10/11/2014	22.186,77	Valor recebimento de receitas outubro/2014.
26/01/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/02/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/03/2015	25.744,91	Depósito recursal
24/04/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/05/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/06/2015	25.744,91	Depósito recursal
24/07/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/08/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/09/2015	25.744,91	Depósito recursal
23/10/2015	25.744,91	Depósito recursal
Total	749.407,04	

Os depósitos judiciais se referem a discussão judicial do CAU mínimo, conforme Autos 5013169-15.2013.404.7000 autor CAU-BR. Observamos que os valores foram depositados até a competência outubro de 2015, com valores iguais no exercício de 2015. Os valores foram resgatados em 12/07/2016.

3.8 – Outros créditos a receber e valores a curto prazo

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Cota Parte - Estorno de Receitas	165,75
Pagamento a maior para fornecedores	102,70
Total	268,45

- **Cota Parte – Estorno de Receitas:** Examinamos a movimentação da conta constatando que se referem a lançamentos de estornos de receitas.

- **Pagamento a maior para fornecedores:** se referem a pagamentos ocorridos indevidamente no mês de dezembro de 2015. Valores foram estornados/compensados no exercício de 2016.

3.9 – Prêmios de seguros a apropriar

Verificamos que no exercício ocorreu pagamento dos seguintes seguros:

Data	Valor	Histórico
16/11/2015	9.066,41	Seguro sede CAU regionais de Sede, Londrina, Cascavel e Pato Branco
26/05/2015	3.707,48	Seguro veículo Duster, brasilveiculos
20/11/2015	2.673,06	Seguro Celta placa AZB4828 Caixa Seguradora S/A
20/11/2015	2.673,06	Seguro Celta placa AZB4814 Caixa Seguradora S/A

Salientamos que os seguros devem ser reconhecidos de acordo com sua vigência, ou seja, 1/12 avos mensalmente até seu encerramento.

3.10 – Almoxarifado

Não existem valores contabilizados em estoques na contabilidade do CAU/PR no exercício.

3.11 – Imobilizado

Composição de saldo em 31/12/2015:



Bens Móveis	R\$
Móveis e Utensílios	169.730,18
Máquinas e Equipamentos	209.794,66
Instalações	126.780,14
Utensílios de Copa e Cozinha	5.924,39
Veículos	130.928,00
Computadores e Periféricos	244.354,07
Impressoras	4.308,00
Diversos Equipamentos de Processam.	13.100,00
Equipamentos de Telefonia	24.075,35
Equipamentos e Sistemas de Segurança	29.623,20
Equipamentos de CPD e Periféricos	17.310,00
	975.927,99
Bens Imóveis	R\$
Edifícios	4.500.000,00
Obras em Andamento	41.922,72
Instalações	435,44
	4.542.358,16
(-) Depreciação Acumulada	R\$
(-) Dep. Acumulada Bens Móveis	(355.795,15)
	(355.795,15)
Total Imobilizado	5.162.491,00

- **Controle Patrimonial:** Confrontamos os saldos contábeis com o relatório do sistema de patrimônio, não sendo encontradas divergências de valores.

Observamos que bens cadastrados no sistema de controle patrimonial que não são possíveis identificar por sua descrição, citando exemplos:

Cód.	Descrição	Aquisição	Valor
1140	Equipamentos diversos, instalações diversas	15/08/2013	17.171,70
1142	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	7.386,28
1143	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	29.041,47
1145	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	6.254,52
1170	Equipamentos diversos, instalações diversas	14/05/2013	14.394,35
1171	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	16.721,29
1181	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	36.840,40
1192	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	13.378,50

Estes bens relacionados se encontram na conta de máquinas e equipamentos.

Em relatório patrimonial, destacamos bens que foram cadastrados de forma indevida, citando por exemplo conjunto de xícaras para café e chá e tigelas de 12 e 24 peças, incluídas de forma por total de peças, assim como tais utensílios não possuem características de bem imobilizados. Observamos ainda inclusão de valores em relatório patrimonial de "instalações" não possuindo descrição.



Observamos ainda quanto a numeração dos bens, observando intervalo de bens que não constam no relatório, citando como exemplo bem nº 107, 109, 112, 113, entre outros.

- **Aquisições:** No exercício de 2015 foram efetuadas diversas aquisições de imobilizado, citando como exemplo o montante total de R\$ 4.750.458,71 no grupo de bens móveis e imóveis, destacando alguns valores a seguir:

Data	Valor	Histórico	Conta
29/05/2015	7.586,00	NF nº 191 MJD Com. De Equip. aquisição de equip. de fotografia	Máquinas e Equipamentos
15/12/2015	3.400,00	NF nº 54 IpCable Informática, aquisição de rack de piso	Máquinas e Equipamentos
15/12/2015	15.412,87	NF nº 54 IpCable Informática, aquisição de equip. de informática	Instalações
07/04/2015	14.850,00	NF nº 3138 Luví Comercial, aquisição de 2 computadores	Computadores e Periféricos
24/04/2015	49.560,00	NF nº 2269 IPCable aquisição de 16 monitores, 7 notebooks	Computadores e Periféricos
29/09/2015	7.800,00	NF nº 8 Elaborata treinamentos e equip. aquisição de 3 antenas sem fio	Diversos Equip. de Processamentos de dados
15/12/2015	24.075,35	NF nº 51 IPCable, aquisição de implantação sistema de telefone	Equipamentos de Telefonia
15/12/2015	11.130,00	NF nº 50 IPCable, aquisição equip. sistema de alarme	Equipamentos de Sistema de Segurança
15/12/2015	18.493,20	NF nº 52 IPCable, aquisição de equip. de alarme	Equipamentos de Sistema de Segurança
15/12/2015	24.075,35	NF nº 51 IPCable, aquisição de implantação sistema de telefone	Equipamentos de Sistema de Segurança
15/12/2015	17.310,00	NF nº 54 IPCable, aquisição equip. de processamento de dados	Equipamentos de CPD e Periféricos
29/10/2015	4.500.000,00	Aquisição Imóvel de I.M. Axels Partic., mat. Nº 40.187	Edifícios
04/11/2015	13.750,00	NF nº 6 S&R Administração, manutenção elétrica casa própria	Obras em andamento
15/12/2015	18.350,00	NF nº 10 S&R Administração, manutenção elétrica e telhado casa própria	Obras em andamento

Aquisição do Imóvel

Quanto a aquisição do imóvel próprio, no processo de aquisição verificamos que o Conselho definiu em reunião que a aquisição deverá ser de um imóvel UIP (unidade de interesse de preservação), devido ao conselho ter a obrigação com a preservação da Arquitetura do Estado.

O imóvel foi adquirido em "situação emergencial" devido processo seletivo de contratação de pessoas ter sido aprovado e a atual sede não comportar estrutura para todos, além de apresentar alto custo com aluguel e reformas. O imóvel foi escolhido por consulta pública.

Observamos, porém, que até a presente data, apenas parte do imóvel adquirido está sendo utilizado, basicamente uma sala, estando a sede do Conselho no imóvel alugado. Salientamos ainda que o processo de aquisição do imóvel se encontra em discussão e apuração dos fatos.

Abaixo descrevemos a cronologia do processo de aquisição do imóvel:

Para definir o preço médio para aquisição, foram solicitadas para três imobiliárias avaliações para o mesmo imóvel objeto da negociação, situado na rua Itupava, 1829. Imobiliárias: Cilar que avaliou em R\$ 4 milhões; Imobiliária Razão que avaliou em R\$ 3,8 milhões e a Imobiliária Futurama que avaliou em R\$ 3,5 milhões.

Na negociação com a Imobiliária Cibraco Imóveis, assinada por Sidney Axelrud, pelo valor de aquisição, na correspondência emitida em 25/06/2014, está descrito que o imóvel esta cadastrado como Unidade de Interesse de Preservação e que 60% (sessenta por cento) do potencial construtivo já está comprometido em negociação anterior a esta tratativa.



Em nova proposta na data de 24/05/2015 também assinada por Sidney Axelrud, o mesmo aceita a proposta do CAU oficializado no ofício nº 281/2015, pelo valor de R\$ 4.5 milhões mais 30% do potencial construtivo, os 70% de potencial construtivo restante fica com o vendedor.

Em 09/03/2015 foi realizado uma avaliação no imóvel em que o CAU/PR aluga, realizado pela empresa CVI - PR avaliações, chegou-se ao valor de R\$ 5,13 milhões. Os proprietários pediram valor de R\$ 10 milhões.

Para o imóvel que acabou sendo adquirido foi realizada uma avaliação também pela empresa CVI - PR avaliações, em 03/06/2014, chegando ao valor de R\$ 4.436 milhões, foi realizada uma nova avaliação pela mesma empresa descrita acima em 09/03/2015, chegou ao valor de R\$ 3.946 milhões. O último laudo descreve pontos com infiltração, sendo resolvido com reparos simples, contudo atualmente o imóvel possui dano estrutural, um dos motivos de reclamação da atual diretoria e que justifica a não utilização do mesmo na sua totalidade pelo CAU.

Em 07/08/2015 verificamos proposta da empresa I.M. Axels Participações e Empreendimentos S/A, assinada por Sidney Axelrud (mesmo que assina pela Cibraco Imóveis). Para as matrículas nº 40.186 e 40187 do imóvel localizado na Rua Itupava, 1829 pelo valor de R\$ 4.5 milhões mais 40% do potencial construtivo.

Verificamos que a aprovação para compra do imóvel foi realizada em sessão realizada em 22/06/2015, ata nº 045. Foi aprovado valor de aquisição de R\$ 4.5 milhões mais 75% do potencial de construção negociável até o mínimo de 50%. Proposta foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros.

Verificamos que no dia 22/07/2015 foi publicado no jornal Gazeta do Povo a "Consulta publica nº 0001/2015 - Comunicação de Interesse na aquisição de imóvel Comercial em Curitiba/PR", contudo a aprovação da aquisição do imóvel situada na rua Itupava, 1829 foi na ata descrita acima realizada em 22/06/2015, portanto anterior a data da consulta pública.

Em 19/08/2015 foi elaborada a ata de abertura dos envelopes conforme publicação no jornal. A ata descreve duas propostas encaminhadas, sendo: R\$ 10 milhões pelo imóvel locado pela entidade; e R\$ 4.5 milhões, sendo esses dois imóveis os mesmos que estavam sendo verificados desde 2014.

Na ata do Conselho nº 047 realizada em 24/08/2015 comenta que o proprietário aceitou o valor de R\$ 4.5 milhões e potencial construtivo de 60% para o CAU/PR.

A escritura de compra e venda foi realizada em 29/10/2015. O aviso de dispensa de licitação foi publicado no Diário Oficial em 27/10/2015.

Observamos que o processo de publicidade das ações quanto à consulta pública e o aviso de dispensa estão em desacordo com a legislação referente aos prazos.

- **Baixas:** Não possui movimentação de baixa de bens no exercício.



- **Depreciações acumuladas:** No exercício de 2015, constatamos que foram efetuados lançamentos mensais únicos de depreciações dos bens móveis, diferentemente dos exercícios anteriores em que ocorreu a contabilização única ao final de cada exercício. Salientamos ainda que o relatório patrimonial apresenta o valor de depreciação acumulada divergente dos saldos contábeis, não sendo possível validar os valores apresentados.

Não foram contabilizadas depreciações dos bens imóveis no exercício de 2015, destacando que a aquisição do imóvel ocorreu em 29/10/2015 no valor de R\$ 4.500.000,00. Conforme NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, não estão sujeitos ao regime de depreciação:

(a) bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

Observamos que o imóvel adquirido é uma UIP (unidade de interesse de preservação).

3.12 – Intangível

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Licenças de Softwares	79.261,16
Total	79.261,16

O saldo contábil confere com relatório de bens imobilizados. No exercício de 2015 foi adquirido em conta o montante de R\$ 51.731,16 conforme valores contabilizados no dia 22/09/2015 através de nota fiscal nº 4 Elaborata Treinamento e Produtos de Informática Ltda – EPP, referente a licenças diversas.

Constatamos que não estão sendo contabilizados valores de amortizações das licenças de softwares adquiridas pelo Conselho

3.13 – Pessoal a pagar

Saldo contábil se apresentava zerado em 31/12/2015.

Examinamos a folha de pagamento efetuando revisão dos valores líquidos de pagamentos efetuados com os valores de líquidos a pagar da folha de pagamento.

Constatamos que os valores referentes a folha de pagamento do mês de dezembro de 2015 foram pagos em 23 de dezembro de 2015.

3.14 – Benefícios previdenciários a pagar

Saldo contábil se apresentava zerado em 31/12/2015. Examinamos as folhas de pagamento efetuando revisão das declarações legais e obrigatórias do exercício.



- **INSS:** Constatamos que a movimentação da conta se refere a INSS parte empresa da folha de pagamento mensal e INSS sobre serviços prestados mensalmente ao CAU/PR.

Verificamos que o valor de INSS competência dezembro de 2015 foi devidamente pago no próprio mês, no dia 23/12/2015.

Observamos quanto ao fato da classificação do CNAE 9412000 em declaração SEFIP que foi informada incorretamente a alíquota RAT ajustado, declarado em 1,00 quando o correto seria 3,00 até dezembro de 2014 e após de 1,50. Com isto, há diferença no percentual do RAT ajustado. Esta situação gerou aviso de regularização de contribuições previdenciárias pela Receita Federal, e cobrança de valores atrasados do período de 09/2013 a 13/2017, no montante de R\$ 110.588,26 mil pagos e reconhecidos na contabilidade em outubro de 2018.

Foi observado ainda que faltam retificar as SEFIP de janeiro de 2018 a agosto de 2018, período em que as declarações eram entregues pelo antigo contador, o qual não disponibilizou a base de dados destas declarações. Salientamos que tal situação também gerará débitos junto à receita federal.

- **FGTS:** Examinamos a conta e sua movimentação onde constatamos que se refere a FGTS sobre folha de pagamento mensal.

Constatamos que o valor de FGTS competência dezembro de 2015 foi devidamente pago no dia 23/12/2015.

- **PIS s/ Folha Pagamento:** Examinamos os cálculos mensais de PIS a recolher sobre folha de pagamento, onde revisamos os valores de base de cálculos utilizados para o pagamento, onde constatamos a correta utilização da base de cálculo de INSS parte empresa aplicando o percentual de 1%.

Constatamos que o valor de PIS competência dezembro de 2015 foi devidamente pago no dia 23/12/2015.

3.15 – Fornecedores e contas a pagar

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Restos a Pagar Processados	16.288,53
Total	16.288,53

Examinamos os saldos contábeis apresentados, efetuando revisão da movimentação e confronto com documentos comprobatórios, sendo observado que se referem a despesas empenhadas no mês de dezembro de 2015.



Observamos que ao final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas que não foram pagas até 31 de dezembro, devem ser constituídas em restos a pagar, para fins de encerramento do correspondente exercício financeiro.

3.16 – Provisões para riscos trabalhistas a curto prazo

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Férias	161.982,55
INSS	33.228,22
FGTS	12.658,22
PIS/PASEP	1.592,08
Total	209.461,07

No exercício de 2015, constatamos movimentação mensal de valores contábeis de provisão de férias e encargos, diferente do ano anterior quando foi efetuado lançamento apenas no mês de dezembro de 2014.

Confrontamos os saldos contábeis apresentados com o relatório de provisão de férias e encargos, não sendo encontradas divergências.

3.17 – Consignações

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
INSS	317,95
Contribuição sindical - anual	77,57
Total	395,52

- **INSS:** Saldo apresentado em conta possui valor de INSS de férias empenhado a Tiago Kovascki Borges Polippo, contabilizado em 18/12/2014 no valor de R\$ 162,80, assim como valores pendentes no exercício de 2015 no montante de R\$ 155,15 que não foi possível identificar.

No exame da movimentação da conta, os valores se referem a INSS de funcionários das folhas de pagamento mensais e retenções sobre notas fiscais de prestadores de serviços, que conforme comentado em conta de INSS patronal, revisamos os valores declarados mensalmente com os valores pagos, constatando que o valor a recolher da folha competência dezembro de 2015, foi recolhido no próprio mês.

- **IRRF:** Saldo contábil se encontrava zerado na data. Examinamos a movimentação que se refere a valores retidos em folhas de pagamentos mensais dos funcionários e notas fiscais de prestadores de serviços no decorrer do exercício.



Revisamos os valores contabilizados com as folhas de pagamento, através de amostragem, não sendo encontradas divergências.

- **IRRF/COFINS/CSLL/PIS a Recolher:** Saldo contábil se encontrava zerado na data. Se referem a retenções federais de órgão público (9,45%) a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

Revisamos os valores contabilizados com os respectivos pagamentos e notas fiscais, através de amostragem, não sendo encontradas divergências.

- **Contribuição sindical anual:** Constatamos a seguinte composição de saldo:

Data	Histórico	R\$
28/01/2014	Contribuição sindical folha janeiro de 2014	64,25
26/02/2014	Contribuição sindical folha fevereiro de 2014	3,58
23/12/2015	Contribuição sindical segundo semestre 2015	4,66
23/12/2015	Contribuição sindical folha dezembro de 2015	5,08
Saldo da conta		77,57

Salientamos ainda quanto aos valores das competências janeiro e fevereiro de 2014 que continuavam pendentes de pagamento no encerramento do exercício de 2015.

3.18 – Patrimônio

Composição de saldo em 31/12/2015:

Contas	R\$
Resultado Acumulados	13.468.732,84
Total	13.468.732,84

Saldo apresentado em conta se refere ao resultado acumulado apurado ao final do exercício de 2015, assim composto:

Superávit exercício 2012	5.237.201,89
Superávit exercício 2013	2.705.384,49
Superávit exercício 2014	3.191.302,68
Superávit exercício 2015	2.334.843,78
Resultado Acumulado	13.468.732,84

Não foram encontradas irregularidades.

3.19 – Receitas

Composição de saldo em 31/12/2015:



Receita Orçamentária	R\$
Contribuições	2.627.266,60
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	4.915.320,05
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	1.404.603,64
Outras variações patrimoniais aumentativas	73,31
Total Receitas	8.947.263,60

Examinamos as movimentações das contas de receitas, efetuando confronto com relatório financeiro de receitas.

Receitas com serviços se encontram contabilizadas receitas com emolumentos com registro de responsabilidade técnica - RRT no exercício, a qual se refere a receita mais relevante do exercício no montante de R\$ 4.878.921,85.

3.20 – Despesas

Composição de saldo em 31/12/2015:

Variação Patrimonial Diminutiva	R\$
Pessoal e Encargos Sociais	(2.719.536,50)
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	(3.737.182,77)
Transferências Concedidas	(155.700,55)
Total Receitas	(6.612.419,82)

Examinamos as movimentações contábeis, efetuando confronto com documentação comprobatórias, empenhos e extratos bancários do período.

As despesas mais relevantes se referem a:

Salários	(1.457.318,10)
Serviços de apoio administrativo operacional	(383.976,85)
Locação de bens imóveis	(384.054,64)
Diárias - Conselheiros	(214.534,68)
Total	(2.439.884,27)

Conforme comentado em relatórios anteriores, no exame da documentação constatamos novamente a falta de notas de despesas, empenho e liquidações.

4 – Declarações Legais e Obrigatórias

Examinamos as declarações do exercício, constatando as seguintes situações:

- **SEFIP mensais:** Localizamos nas pastas de documentos contábeis, SEFIP mensais entregues e devidos protocolos.

Salientamos ainda quanto classificação do percentual da alíquota RAT incorreta, conforme já comentado neste relatório.

- **DCTF mensais:** Foi informado que a obrigatoriedade de entrega ocorreu a partir do exercício de 2016, conforme IN 1599 RFB.

- **CAGED mensais:** Não foram localizadas/apresentadas. Tem por finalidade o registro de admissões e demissões e o prazo de entrega é até o dia 07 do mês subsequente, o envio ou entrega fora do prazo sujeitara ao pagamento de multa.

- **RAIS exercício 2015:** Não foram localizadas/apresentadas. Tem por objetivo dar suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o atraso na entrega da declaração, omissão ou declaração falsa ou inexata, sujeita o estabelecimento à multa, conforme determina a Portaria nº 14, de 10 de fevereiro de 2006, alterada pela Portaria nº 688, de 24 de abril de 2009

- **DIRF exercício 2015:** Possui data de entrega datada de 15/03/2016, tipo de declaração retificadora, conforme consulta realizada pelo CAU PR ao site da Receita Federal.

5 – Orçado X Realizado

Na verificação do balanço orçamentário, constatamos os seguintes valores de receitas e despesas orçamentárias:

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas	14.785.635,00	17.628.841,00	8.882.039,43	8.746.801,57
Receitas de contribuições	2.407.840,60	2.627.266,60	2.562.042,43	65.224,17
Receitas de serviços	5.378.307,00	5.936.794,97	4.914.912,73	1.021.882,24
Financeiras	155.723,40	1.122.191,34	1.405.010,96	(282.819,62)
Outras receitas correntes	0,00	2,09	73,31	(71,22)
Receita de capital	6.843.764,00	7.942.586,00	0,00	7.942.586,00

Observamos quanto as previsões de receitas de serviços, a previsão inicial e atualizada foram superiores ao valor recebido no exercício com saldo de R\$ 1.021.882,24, que se referem a emolumentos com registro de responsabilidade técnica – RRT.



	Dotação	Dotação	Despesas	Despesas	Despesas	Saldo
	Inicial	Atualizada	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Dotação
Despesas	14.785.635,00	17.628.841,00	11.344.442,80	11.135.522,23	11.120.951,74	6.284.398,20
Despesa Corrente	7.783.033,58	9.686.255,00	6.542.252,93	6.333.332,36	6.318.761,87	3.144.002,07
Pessoal	3.267.828,74	3.700.511,24	2.684.694,49	2.684.694,49	2.684.694,49	1.015.816,75
Material de Consumo	214.000,00	215.957,42	110.973,19	110.973,19	110.973,19	104.984,23
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	332.521,81	853.829,84	562.060,25	562.060,25	562.060,25	291.769,59
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.246.744,03	3.944.454,16	2.847.937,77	2.639.017,20	2.624.446,71	1.096.516,39
Encargos Diversos	140.000,00	214.727,90	180.886,68	180.886,68	180.886,68	33.841,22
Transferências Correntes	581.939,00	581.939,00	155.700,55	155.700,55	155.700,55	426.238,45
Reserva de Contingência	0,00	174.835,44	0,00	0,00	0,00	174.835,44
Crédito Disponível Despesa de Capital	6.843.764,00	7.942.586,00	4.802.189,87	4.802.189,87	4.802.189,87	3.140.396,13
Investimentos	6.643.764,00	7.942.586,00	4.802.189,87	4.802.189,87	4.802.189,87	3.140.396,13
Inversões Financeiras	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação Adicional por Fonte	158.837,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nas despesas, podemos observamos variação a dotação inicial das seguintes contas:

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada	Empenhadas	Dotação
Pessoal e Encargos	3.550.279,74	2.600.358,91	949.920,83
Serviços Prestados	2.641.419,90	1.925.119,08	716.300,82
Obras, Instalações e Reformas	1.080.000,00	42.358,16	1.037.641,84
Equip. e Mat. Permanentes	1.297.586,00	208.100,44	1.089.485,56
Aquisição de Imóvel	5.500.000,00	4.500.000,00	1.000.000,00

A conta de Obras, Instalações e Reformas não possuía valor em dotação inicial, sendo que dotação atualizada para o valor de R\$ 1.080.000,00. Já em Equipamentos e Materiais Permanentes possuía em dotação inicial o valor de R\$ 225.000,00 e passou para o valor de R\$ 1.297.586,00 em dotação atualizada.

6 – Licitações, contratos e convênios

a) Licitações e contratos:

Comentários Gerais

Examinamos as aquisições de materiais e serviços ocorridas pela CAU PR no exercício de 2015 nas modalidades de licitações e dispensa de licitações através de amostragem, avaliando os procedimentos e controles internos em cada processo de acordo com a Lei nº 8.666/93.

No exercício de 2015, toda a documentação referente a cotações, certidões e solicitações estão arquivadas em caixas de arquivo sem uma ordem para a guarda dos mesmos. Pela



contabilidade identificamos os pagamentos e os respectivos documentos de comprovação do mesmo.

O CAU PR não nos apresentou nenhum relatório, planilha e/ou instrumento de controle das licitações ocorridas no ano.

Como procedimento alternativo, através do método de amostragem, selecionamos despesas e gastos pela contabilidade para verificar documentação e processos de compras, daqueles que conseguimos identificar nas caixas de arquivos disponibilizadas:

Licitações

- R\$ 15.412,87 - IPCable Informática.
- R\$ 49.560,00 - IPCable Informática.
- R\$ 24.075,35 - IPCable Informática.
- R\$ 18.493,20 - IPCable Informática.
- R\$ 4.500.000,00 - IM Axels Participação e Emp. S/A
- R\$ 18.350,00 - S & R Adm. E Terceirização de Mão de Obra Ltda.
- R\$ 28.647,00 - ELABORATA Trein. Prod. Inf. Ltda.
- R\$ 13.895,50 - TOTI Promo Ltda.
- R\$ 10.430,00 - IPCable3 Informática Ltda.
- R\$ 12.464,94 - R.Viana Sagecia de Turismo Ltda.
- R\$ 166.691,97 - TOTI Promo Ltda.
- R\$ 35.386,60 - TOTI Promo Ltda.
- R\$ 106.544,23 - TOTI Promo Ltda.
- R\$ 26.480,58 - Imobiliária Confronto Ltda.
- R\$ 20.487,69 - IPCable Informática Ltda.
- R\$ 84.900,00 - Impressoart Editora Gráfica Ltda.
- R\$ 24.600,87 - S & R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda
- R\$ 20.774,16 - S & R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda
- R\$ 16.340,10 - Consultoria
- R\$ 12.000,00 - TALKnet Network Informática Ltda

Detalhamos a seguir os tipos de compras/gastos efetuados com a documentação suporte:

- **R\$ 15.412,87 - IPCable Informática:** Pago a IPCable Informática LTDA, liquidação 2294 do empenho 1742, Transferência eletrônica 121526, Nota Fiscal 54 ref. a Valor empenhado a IPCable Informática LTDA, pela aquisição de material para implementação da rede logica na sede do CAU/PR em 15/12/2015.

- **R\$ 49.560,00 - IPCable Informática:** Liquidação do Empenho 536, referente parcial da Nota Fiscal nº 2269 do favorecido IPCable Informática LTDA, aquisição de 1 sound station polycom wireless. 16 monitores LED 23 pol LG. 7 notebook HP CS Pavilion V065BR. 1 Ultrabook Full HD Intel i3 4Gb ram. R\$ 24/04/2015.



-
- **R\$ 24.075,35 - IPCable Informática:** Liquidação do Empenho 1743, referente Nota Fiscal nº 51 do favorecido IPCable Informática LTDA, pela aquisição de equipamentos do sistema de telefonia para implementação na sede do CAU/PR em 15/12/2015.

 - **R\$ 18.493,20 - IPCable Informática:** Liquidação do Empenho 1739, referente Nota Fiscal nº 52 do favorecido IPCable Informática LTDA, pela aquisição de equipamentos de CFTV descrito abaixo para implementação de monitoramento na sede do CAU/PR em 15/12/2015.

 - **R\$ 18.350,00 - S & R Adm. E Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Liquidação do Empenho 1552, referente Nota Fiscal nº 10 do favorecido S&R – Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, referente a Reforma da Casa Própria Manutenção Elétrica e Telhado Emergencial da Nova Sede do CAU/PR em 15/12/2015

 - **R\$ 28.647,00 - ELABORATA Trein. Prod. Inf. Ltda:** Liquidação do Empenho 1267, referente Nota Fiscal nº 4 do favorecido ELABORATA TREINAMENTO E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - EPP, pela aquisição de 45 Licenças Novell Open Workgroup Suíte para a Sede CAU/PR em 22/09/2015.

 - **R\$ 13.895,50 - TOTI Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 364, referente Nota Fiscal nº 395 do favorecido Toti Promo LTDA, coffe break para os eventos realizados pelo CAU nos dias 27,28/02 e 01/03; 02 a 06/03 e 09/03 em 10/03/2015.

 - **R\$ 10.430,00 - IPCable Informática Ltda:** Liquidação do Empenho 1605, referente Nota Fiscal nº 35 do favorecido IPCable Informática LTDA, aquisição de material elétrico emergencial para a nova sede do conselho em 12/11/2015.

 - **R\$ 12.464,94 - R. Viana Agencia de Turismo Ltda:** Pago a R. VIANNA AGENCIA DE TURISMO LTDA, liquidação 1214 do empenho 929, Debito em Conta Corrente 70.602, Nota Fiscal 3973 ref. a Valor empenhado a R. VIANNA AGENCIA DE TURISMO LTDA, aquisição de passagens para deslocamento de conselheiros em atividades do conselho em 06/07/2015.

 - **R\$ 166.691,97 - TOTI Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 1415, referente Nota Fiscal nº 482 do favorecido Toti Promo LTDA, referente à Organização de Eventos da Semana da Arquitetura 2015, entre os dias 23/10/15 à 28/10/15 do CAU/PR em 29/10/2015.

 - **R\$ 35.386,60 - TOTI Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 1772, referente Nota Fiscal nº 513 do favorecido Toti Promo LTDA, pela prestação de serviço de Planejamento e Organização de Evento do Dia do Arquiteto em Curitiba/PR que será realizado no dia 14/12/2015 na Sede CAU/PR em 15/12/2015.

 - **R\$ 106.544,23 - TOTI Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 910, referente Nota Fiscal nº 436 do favorecido Toti Promo LTDA, serviço de organização e preparação de evento CAU em Casa Cor 2015 Curitiba/PR em 08/07/2015.



- **R\$ 26.480,58 - Imobiliária Confronto Ltda:** Liquidação do Empenho 28, referente Boleto Bancário nº 0000053461 do favorecido Imobiliária Confronto LTDA, locação do imóvel para a sede do conselho em Curitiba- PR durante o mês de outubro/2015 em 21/12/2015.

- **R\$ 20.487,69 - IPCable Informática Ltda:** Liquidação do Empenho 1746, referente Nota Fiscal nº 1907 do favorecido IPCable Informática LTDA, serviço de adequação e instalação física e de sistemas do CFTV, Rede lógica, Sistemas de telefonia e Sistema de alarme para a sede do conselho. O serviço foi realizado pela aquisição dos materiais dos empenhos 1739 a 1745 de 2015 em 15/12/2015.

- **R\$ 84.900,00 - Impressoart Editora Gráfica Ltda:** Liquidação do Empenho 670, referente Nota Fiscal nº 1016 do favorecido Impressoart Editora Gráfica LTDA - ME, empresa ganhadora da licitação 0005/2015 em pregão presencial para elaboração e confecção de 10.000 cadernos personalizados conforme edital de licitação em 14/07/2015.

- **R\$ 4.500.000,00 - IM Axels Participação e Emp. S/A:** Liquidação do Empenho 1549, referente Aviso de Débito nº ESCRITURA DE COMPRA E VENDA - LIVRO 835-N, FOLHA 007/014, TRANSLADO 0067664, do favorecido I.M. Axels Participações e Empreendimentos S/A, pela aquisição de bens constituídos pelos seguintes imóveis da Sede Própria do CAU/PR no Município de Curitiba/PR conforme segue: 1 - LOTE DE TERRENO NÚMEROS 186,187,194 e 195 da PLANTA VILA IRPÁCIA, medindo 24,60 metros de frente para a Rua Itupava, por 62,04 mts de extensão da frente ao fundo do lado direito de quem da referida observa, onde faz esquina com a rua Valdivia (antiga rua Presidente Beaurepaire); do lado esquerdo mede 61,90mts em 29/10/2015.

- **R\$ 24.600,87 - S & R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Liquidação do Empenho 1430, referente Nota Fiscal nº 11 do favorecido S&R – Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, fornecimento de Mão-de-Obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço afim de atender demanda do conselho de pessoal em 16/12/2015.

- **R\$ 20.774,16 - S & R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Liquidação do Empenho 1802, referente Nota Fiscal nº 11 do favorecido S&R – Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, fornecimento de Mão-de-Obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço afim de atender demanda do conselho de pessoal em 16/12/2015

- **R\$ 16.340,10 - Consultoria Jornalista José Fernando da Silva:** Liquidação do Empenho 780, referente nº do favorecido, contratação de consultoria para desenvolver serviços de produção, revisão, atualização de textos para trabalhos e estudos, visando a melhor discussão e compartilhamento das informações e projetos, temas e documentos, entre e para os arquitetos que compõe as "Câmaras Técnicas CAU/PR" e juntamente 4 eventos de treinamento dos coordenadores ou representantes das Câmaras em 29/05/2015. Primeiro pagamento no valor de R\$ 17.628,05 e o saldo de R\$ 45.871,95 em 7(sete) vezes de igual valor de 26/de junho a 26 de dezembro de 2015. Valor líquido de R\$ 11.527,00 em 29/05/2015.



- **R\$ 12.000,00 TALKnet Network Informática Ltda:** Liquidação do Empenho 38, referente Nota Fiscal nº 441 no valor de R\$ 12.000,00 do favorecido Talknet Network Informática LTDA - ME, serviço emergencial para manutenção do servidor e telefonia da sede do conselho em 05/02/2015. No valor de R\$ 30.000,00.

Contratos

Regional Maringá/PR

Contrato de Aluguel

DISP00001/2013- Aditivo Nº: 1

16.947.120/0001-30 - MF Luz Participações LTDA

Modalidade: Dispensa - Art. 24, Inc. X

Vigência: 01/03/2014 à 28/02/2015

Valor: R\$ 29.802,48 Mensal: R\$ 2.483,54

Objeto: Locação de imóvel para abertura da regional de Maringá Paraná do CAU/PR, Avenida Nóbrega, 968, Zona 4, sala Comercial 3.

DISP00001/2013 Aditivo Nº: 2

16.947.120/0001-30 - MF Luz Participações LTDA

Modalidade: Dispensa - Art. 24, Inc. X

Vigência: 01/03/2015 à 29/02/2016

Valor: R\$ 30.949,80 Mensal: R\$ 2.579,15

Objeto: Locação de imóvel para abertura da regional de Maringá Paraná do CAU/PR, Avenida Nóbrega, 968, Zona 4, sala Comercial 3.

Regional Cascavel/PR

Contrato de Aluguel

DISP00001/2015

118.277.429-68 - Izercy Domingos Lorenzi

Modalidade: Dispensa - Art. 24, Inc. X

Vigência: 01/10/2015 à 01/10/2017

Valor R\$: 21.600,00 Mensal: R\$ 1.800,00

Objeto: Locação de imóvel regional Cascavel, Rua Manuel Ribas, 2720

Regional Pato Branco/PR

DISP00002/2013

Contrato de Aluguel - Aditivo Nº: 1

07.778.474/0001-08 - Habitar Empreendimentos Imobiliários LTDA

Modalidade: Dispensa - Art. 24, Inc. X

Vigência: 01/06/2014 à 31/05/2015

Valor R\$ 9.720,00 Mensal: R\$ 810,00

Objeto: Aluguel imóvel para Regional de Pato Branco, Paraná, Situada na Rua Itabira, 1806, centro. LJ 3, Edifício Belluno I



Regional Pato Branco/PR

Contrato de Aluguel - DISP00002/2013

Aditivo Nº: 2

07.778.474/0001-08 - Habitar Empreendimentos Imobiliários LTDA

Modalidade: Dispensa - Art. 24, Inc. X

Vigência: 01/06/2015 à 31/05/2016

Valor: R\$ 10.800,00 Mensal: R\$ 900,00

Objeto: Aluguel imóvel para Regional de Pato Branco, Paraná, Situada na Rua Itabira, 1806, centro. LJ 3, Edifício Belluno I.

Regional Londrina/PR

Contrato de Aluguel - DISP00003/2013

Aditivo Nº: 1

09.451.395/0001-13 - Londix - Participação e Investimento LTDA

Modalidade: Dispensa - Art. 24, Inc. X

Vigência: 20/08/2014 à 19/08/2015

Valor: R\$ 25.272,00 Mensal: R\$ 2.106,00

Objeto: Locação de sala para regional de Londrina, Paraná, Rua Paranaguá numero 300.

DISP00003/2013

Aditivo Nº: 2

09.451.395/0001-13 - Londix - Participação e Investimento LTDA

Modalidade: Dispensa - Art. 24, Inc. X

Vigência: 20/08/2015 à 19/08/2016

Valor: R\$ 27.000,00 Mensal: R\$ 2.250,00

Objeto: Locação de sala para regional de Londrina, Paraná, Rua Paranaguá numero 300

Correios - NOTESP00001/2015

34.028.316/0020-76 - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Modalidade: Inexigibilidade – Art. 25 Inc II

Vigência: 01/10/2015 à 01/10/2020

Valor: R\$ 118.848,56

-PPSRP00001/2014

Locação de Impressoras e consumo de cópias

05.095.582/0001-50 - Interativa Soluções em Impressão LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL SRP

Vigência: 08/07/2014 à 07/07/2015

Valor: R\$ 57.600,00 Mensal: R\$ 4.800,00

Objeto: Prestação de serviços de outsourcing de impressões e cópias com fornecimento de todos os insumos necessários, inclusive fornecimento e instalação de equipamentos, treinamento aos usuários, gerenciamento dos ambientes de impressão e cópias, manutenção, suporte técnico, fornecimento de peças e acessórios ao funcionamento dos equipamentos e emissão dos diversos para gestão da solução, exceto fornecimento de papel.



PPSRP00001/2014

Aditivo Nº: 1 05.095.582/0001-50 - Interativa Soluções em Impressão LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL SRP

Vigência: 08/07/2015 à 07/07/2016

Valor: R\$ 57.600,00 Mensal: R\$ 4.800,00

Objeto: Prestação de serviços de outsourcing de impressões e cópias com fornecimento de todos os insumos necessários, inclusive fornecimento e instalação de equipamentos, treinamento aos usuários, gerenciamento dos ambientes de impressão e cópias, manutenção, suporte técnico, fornecimento de peças e acessórios ao funcionamento dos equipamentos e emissão dos diversos para gestão da solução, exceto fornecimento de papel.

PPSRP00001/2015

20.599.666/0001-15 – S & R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Vigência: 01/09/2015 à 31/08/2016

Valor: R\$ 436.800,00 Mensal: R\$ 36.400,00

Objeto: Serviço de vigilância limpeza e conservação.

PPSRP00001/2015

Aditivo Nº: 1

20.599.666/0001-15 – S & R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL SRP Serviço de vigilância limpeza e conservação.

Vigência: 13/11/2015 à 12/11/2016

Valor: R\$ 107.700,36 Mensal: R\$ 8.975,03

PPSRP00002/2015

82.524.232/0001-03 - Brematur Passagens e Turismo Ltda. EPP PREGÃO

PRESENCIAL SRP 15/12/2015 à 15/12/2016 279.999,96 0,00 23.333,33 Objeto: Contratação da prestação de serviços, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva de passagens, reserva de hotéis, locação de vans, micro-ônibus, seguro de viagem e outros correlacionados, por meio de atendimento remoto e de posto de atendimento da contratada.

Segue o resumo das principais situações encontradas sobre os exames nos processos:

- verificamos que a INEXIBILIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO está baseada na justificativa do art. 25 - II - Pra contratação de Serviços Técnicos enumerados no art. 13 da lei nº 8.666/93, natureza singular, com profissionais e empresas de notórias especificação, vedada a inexigibilidade para, serviços de publicidade e divulgação para o processo relativo ao CONTRATO DE FORMA AUTONOMA para o jornalista JOSÉ FERNANDO DA SILVA, no valor de R\$ 63.500,00, Pagamento por RPA, referente a 7 meses de consultoria, mais 4 eventos. Não foi apresentado o parecer jurídico deste processo.

- o processo 002/2015 de Inexigibilidade possui 2 números de contratação 002/2015 de Jose Fernando da Silva no valor de R\$ 63.500,00 e Casa Cor – Toti Promo no valor de R\$ 15.664,95. Dois processos de inexigibilidade com mesma numeração.



- constatamos também pelo CARÁTER EMERGENCIAL o processo 002/2015 onde todas as inexigibilidades constam a mesma numeração e autorização do presidente assim como assunto tratado em Plenária no dia 27/04/2015. Assim justificando todos os processos de compras e prestação de serviços. Este processo apresenta muita dificuldade pois as folhas todas soltas, e não é possível identificar a qual pertence a documentação pois verificamos outro processo com mesma proponente vencedora Toti Promo Ltda- Casa Cor.

- em nossos exames observamos que a maioria dos documentos não estão numerados, nem mesmo arquivados de forma que seja possível verificar todas as análises necessárias a ser feitas aos processos, assim como a documentação de proponentes não localizadas. Algumas inconsistências conseguimos verificar sobre o empenho do valor mensal da despesa.

- muitos documentos sem assinaturas, sem numeração sequenciais, e rubricas. A numeração é confusa dos processos o que dificulta a interpretação e identificação.

Recomendamos a adequação das inconformidades relatadas assim como atenção ao empenho anterior aos processos para que possa prever a despesa dos contratos para sua formalização. Também atenção à base legal utilizada para modalidade a ser licitada, Lei 08.666/93 e Pregão Eletrônico de acordo com a regulamentação específica do órgão da utilização de recurso eletrônicos.

b) Convênios:

Comentários gerais:

Não nos foi apresentado nenhum instrumento de acompanhamento e/ou de controle dos convênios e contratos em vigência no CAU, referentes ao exercício de 2015.

Como procedimento alternativo partimos das informações contábeis para examinar os valores de convênios e contratos registrados e vigentes no ano. Também o sistema de arquivo não nos dá segurança que os documentos examinados representam a totalidade dos mesmos em cada processo ou mesmo que não existe algum processo que não tenha movimento contábil ou mesmo esteja em registro contábil diferente para inclusão nos exames. Estão arquivados em caixas de arquivo sem uma ordem definida. Além da contabilidade realizamos a verificação física das caixas onde estão arquivados os mesmos.

Examinamos os convênios realizados no ano observando que não existe uma sistemática de exigência da prestação de contas dos valores aplicados pelos conveniados, que atendem o objeto do convênio.

Observamos que a entidade vem adotando como procedimento a inclusão das notas fiscais apresentadas pelos conveniados na aplicação do objeto do convênio. Porém observamos que em diversos casos não nos foi apresentada as notas fiscais e outros apresentados notas fiscais que comprovam parte da aplicação, caracterizando assim a deficiência na confirmação da aplicação dos recursos objeto do convênio.



Também é importante destacar que em 2015 não nos foi apresentado os projetos que legalmente devem subsidiar os convênios.

Nos itens abaixo detalhamos a situação de cada convênio.

1 - TERMO DE PARCERIA TÉCNICO INSTITUCIONAL entre Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná –CAU/PR e Associação dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer.

Realização da Mostra Vila Nova Artigas a ser realizada em 27 de agosto de 2015 a 14 de fevereiro de 2016 nas salas 04 e 05 do Museu Oscar Niemeyer. Despesas suportadas por ambas as instituições sem especificação de valores no convênio e documentação apresentada. Verificamos que o projeto que deve ser apresentado para base do convênio não tivemos acesso.

2 - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO do Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU/PR e a Associação Paranaense de Cultura - APC.

Concessão de Auxílio financeiro no valor de R\$ 8.400,00, para realização do Simpósio Internacional de Routes, a realizar-se nos dias 28 de setembro a 02 de outubro de 2015. Destinados a pagamento de reservas de hospedagens. Repasses Parciais ou integrais. Documentação sem especificação de datas para pagamento. Verificamos que a Associação Paranaense de Cultura não consta registro no exercício de 2015 em nome da instituição; Verificamos que está identificado a baixa do empenho em nome da PUC/PR, além do valor ser superior ao valor do convênio de R\$ 8.600,55 com nota fiscal 4193 da empresa R. Vianna Agencia de Viagens e Turismo Ltda por serviços de hospedagens no Slaviero Slin conforme fatura indicada na nota fiscal nº 15243. Valor ultrapassado em R\$ 200,55. Constatamos a inconformidade neste convenio em seus registros, e também na prestação de contas. Verificamos que o projeto que deve ser apresentado para base do convênio não foi apresentado.

3 - ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA TÉCNICO INSTITUCIONAL entre Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná –CAU/PR e Associação dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer

Realização da Mostra Vila Nova Artigas a ser realizada em 27 de agosto de 2015 a 14 de fevereiro de 2016 nas salas 04 e 05 do Museu Oscar Niemeyer. Considerando ter havido interesse na produção de catálogos referente a mostra, alteração da segunda clausula e terceira. Custeio da produção de 1.000 catálogos no total de R\$ R\$ 40.000,00. Valor integral adimplido. Em conta corrente da Associação dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer. Prazo de 15 dias após a assinatura do Aditivo. 21/12/2015. Transferência bancária em 29/12/2015 sem comprovação de prestação de contas na documentação apresentada. Também verificamos que o projeto que deve ser apresentado para base do convênio também não tivemos acesso



4 - MINUTA DE CONVÊNIO DE PATROCÍNIO CAU/PR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU/PR e o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Dpto do Paraná IAB/PR.

Edital de Chamada Pública de Patrocínio nº 001/2015 de 06 de agosto de 2015 para seleção de projetos de interesse da arquitetura e urbanismo a ser patrocinados pelo CAU/PR no exercício de 2015. Valores do Projeto: IAB/PR R\$ 4.684,00, CAU/PR R\$ 17.000,00 no valor total de R\$ 21.684,00. Valor a ser pago 10 dias após a assinatura do convênio. 21/12/2015. Não encontramos documentação, solicitamos ao setor financeiro a comprovação do repasse, apenas foi nos apresentado o empenho do valor de R\$ 17.000,00 e extrato da conta bancária confirmando o repasse em 22/12/2014. Também constatamos que o projeto que deve ser apresentado para base do convenio também não tivemos acesso

5 - MINUTA DE CONVÊNIO DE PATROCÍNIO CAU/PR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU/PR e a Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina.

Edital de Chamada Pública de Patrocínio nº 001/2015 de 06 de agosto de 2015 para seleção de projetos de interesse da arquitetura e urbanismo a ser patrocinados pelo CAU/PR no exercício de 2015. Arquitetura para revitalização da Praça Beira Mar. Valores do Projeto: CAU/PR valor total de R\$ 20.000,00. Valor a ser pago 10 dias após assinatura do convênio. 21/12/2015. Recebemos o relatório com a prestação de contas deste convênio informando com fotos e relatórios a aplicação dos valores conveniados. Inclusive foram prestado contas com valor de R\$ 21.298,50. Sem comprovação de prestação de contas na documentação apresentada. Também verificamos que o projeto que deve ser apresentado para base do convenio também não tivemos acesso

6 - MINUTA DE CONVÊNIO DE PATROCÍNIO CAU/PR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU/PR e a Universidade Estadual de Maringá.

Edital de Chamada Pública de Patrocínio nº 003/2015 reunião de 14 de dezembro de 2015 para seleção de projetos de interesse da arquitetura e urbanismo a ser patrocinados pelo CAU/PR no exercício de 2015. Curso de Capacitação - Aplicação da Lei de Assistência Técnica para habitação de Interesse Social – Lei 11.888/2008. Valores do Projeto: CAU/PR R\$ 34.400,00 valor total de R\$ 34.400,00. Valor a ser pago 10 dias após assinatura do convênio. 21/12/2015. Confirmamos a transferência em 22/12/2014. Verificamos Informativo Mensal CDB/RDB da Caixa Econômica Federal na posição de 31/12/2015 no valor de R\$ 34.487,22 confirmando que o valor não havia sido utilizado ainda na data com correção devida. Verificamos que o projeto que deve ser apresentado para base do convenio não foi apresentado.

7 - MINUTA DE CONVÊNIO DE PATROCÍNIO CAU/PR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU/PR e o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Paraná – SIDARQ.

Edital de Chamada Pública de Patrocínio nº 003/2015 reunião de 14 de dezembro de 2015 para seleção de projetos de interesse da arquitetura e urbanismo a ser patrocinados pelo CAU/PR no exercício de 2015. Assistência Técnica para Lideranças. Valores do Projeto: CAU/PR R\$



35.000,00 valor total de R\$ 35.000,00 transferido em 22/12/2014. Valor a ser pago 10 dias após assinatura do convênio. 21/12/2015. Sem comprovação de prestação de contas na documentação apresentada. Também verificamos que o projeto que deve ser apresentado para base do convenio também não tivemos acesso.

Segue o resumo das principais situações encontradas sobre os exames nos convênios:

- todos os processos de convênios apresentam deficiência no seu curso de acordo com a Lei 8.666/93. Os princípios básicos da publicidade não foram atendidos em razão que a homologação não foi publicada de nenhum convênio;

- normalmente os convênios foram assinados na forma de “minuta”. Embora verificado se tratar de um erro formal, minuta não corresponde a um documento definitivo.

- a documentação não está arquivada devidamente com falta de documentos para análise;

- observamos que as Minutas de Convênios assinadas em 21 de dezembro de 2015, em sua clausula primeira destaca que o convênio é referente ao exercício de 2015 apenas sobre a vigência na cláusula nona destaca o período para outubro de 2016. Assim os recursos do planejamento orçamentário para custeio ficam para o ano de 2015 porem o projeto em 2016 visto que a data da assinatura no final do ano já não permite mais a execução dos projetos destacados. Segundo informações, apenas houve o acúmulo para a data, pois o exercício estava findando e após o final do exercício se perderia o valor para essa finalidade;

- o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CAU/PR e a Associação Paranaense de Cultura – APC, referente a Concessão de Auxílio financeiro no valor de R\$ 8.400,00, para realização do Simpósio Internacional de Routes, realizado nos dias 28 de setembro a 02 de outubro de 2015 Verificamos que a Associação Paranaense de Cultura não consta registro no exercício de 2015 em nome da instituição; Verificamos que está identificado a baixa do empenho em nome da PUC/PR, além do valor ser superior ao valor do convênio de R\$ 8.600,55 com nota fiscal 4193 da empresa R. Vianna Agencia de Viagens e Turismo Ltda por serviços de hospedagens no Slaviero Slin conforme fatura indicada na nota fiscal pelo nº 15243 valor ultrapassado em R\$ 200,55;

- a MINUTA DE CONVÊNIO DE PATROCÍNIO CAU/PR e o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Dpto do Paraná referente ao Edital de Chamada Pública de Patrocínio nº 001/2015 de 06 de agosto de 2015 para seleção de projetos de interesse da arquitetura e urbanismo a ser patrocinados pelo CAU/PR no exercício de 2015. Também não tivemos acesso aos demais documentos referentes a MINUTA. Valores do Projeto: IAB/PR R\$ 4.684,00, CAU/PR R\$ 17.000,00 no valor total de R\$ 21.684,00. Não encontramos documentação, solicitamos ao setor financeiro a comprovação do repasse, apenas foi nos apresentado o empenho do valor de R\$ 17.000,00 e extrato da conta bancária confirmando o repasse em 22/12/2014;

- a MINUTA DE CONVÊNIO DE PATROCÍNIO CAU/PR e a Universidade Estadual de Maringá referente a Edital de Chamada Pública de Patrocínio nº 003/2015 reunião de 14 de dezembro de 2015 para seleção de projetos de interesse da arquitetura e urbanismo a ser patrocinados



pelo CAU/PR no exercício de 2015. Curso de Capacitação. Confirmamos a transferência em 22/12/2014. Verificamos o Informativo Mensal CDB/RDB da Caixa Econômica Federal na posição de 31/12/2015 no valor de R\$ 34.487,22 confirmando que o valor não havia sido utilizado ainda na data com correção devida. e projeto referente ao mesmo. Além das inconformidades acima relacionadas não tivemos acesso ao projeto base dos convênios para justificar a necessidade das despesas descritas nos contratos.

7 – Departamento de pessoal

Examinamos e revisamos as informações referente as folhas de pagamento do exercício, assim como exame de documentação de funcionários e controles internos, referente ao exercício.

No exercício de 2015 foram nomeados funcionários através de portarias, conforme concurso público realizado, Edital do Concurso Público 001/2014 – CAU/PR.

Foram examinadas as portarias que constavam no portal da entidade, porém conforme conversado com os responsáveis, foi disponibilizado trabalho realizado por comissão interna do CAU/PR onde menciona possíveis irregularidades entre portarias que constam no portal e portarias arquivadas no cofre.

Em 2015 os funcionários passaram a ser filiados ao SINDIFISC-PR

7.1 – Exame de documentação de funcionários

Examinamos através de amostragem, as pastas de funcionários utilizando como base a folha de pagamento de competência dezembro de 2015, constando:

Tiago Leinig

- Não tem declaração de dependentes para o imposto de renda na pasta
- Não tem foto na ficha registro de empregados na pasta
- Não tem Assinatura na ficha registro de empregados na pasta

Constatamos ainda diversos funcionários sem a declaração de dependentes para fins de imposto de renda, observamos em fichas cadastrais dependentes informados.

7.2 – Equiparação salarial

No exercício de 2015 não constatamos situações de equiparação salarial nas folhas de pagamento.

Observamos que na folha de dezembro de 2015 foi paga uma RPA no Valor Bruto de R\$ 5.189,00 para José Fernando da Silva na função de secretário Junior. O salário Base de secretário Junior na mesma folha de dezembro é R\$ 2.209,07 para os Celetistas.



7.3 – Vale transporte e vale alimentação

Em dezembro de 2015 foi pago a todos os funcionários o Abono especial Vale Alimentação conforme cláusula décima terceira do ACT 2015-2017.

7.4 – Cartão ponto – jornada de trabalho

A partir do exercício de 2015 o Conselho passou a controlar a jornada diária de seus funcionários através de sistema de cartões pontos.

Horas trabalhadas além das 8 (oito) horas normais diárias estabelecidas em acordo coletivo são computadas no banco de horas, controladas no sistema.

Observamos ainda que em folha de pagamento consta jornada mensal de 220h mensais, configurando jornadas semanais de 44h. A jornada diária dos funcionários do CAU PR é das 09h às 12h e das 13h às 18h, com intervalo das 12h às 13h de segunda a sexta, somando assim jornada semanal de 40h, o que pode causar passivos trabalhistas.

7.5 – Plano de Salários

Deliberação Nº 023 de 09 de fevereiro de 2015 aprova o plano de salários dos empregados do CAU/PR, cumprida parcialmente, não sendo pagos os valores retroativos.

7.6 – PPRA e PCMSO

O PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais com vigência 2015/2016 está datado de 09/04/2015. O programa anterior possuía vigência até 27/03/2014. Não constam informações sobre insalubridade no programa.

Já o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional com vigência 2015/2016 está datado também de 09/04/2015. O programa anterior possuía até 28/03/2015, não identificamos no programa nenhuma observação quanto a revisão dos exames médicos

7.7 – Livro de inspeção do trabalho

Solicitamos o livro de inspeção do trabalho do CAU/PR, observando que o mesmo está datado de 01 de janeiro de 2012, não possuindo nenhum registro de inspeção.

7.8 – Exames médicos admissionais

Em relatórios anteriores dos exercícios de 2012 e 2013, foi observado por nós auditores casos onde os exames médicos admissionais foram efetuados após o funcionário já estar trabalhando no CAU PR, não constatando tal situação no exercício de 2014.



Já no exercício de 2015, constatamos que João Eduardo Dressler Carvalho possui data de admissão em 09/02/2015 e seu exame admissional foi realizado posteriormente, datado de 20/02/2015.

7.9 – Exame das folhas de pagamento

Conferimos os cálculos e valores informados em folha de pagamento, revisando os valores de proventos e descontos, efetuando confronto com controles e informações do setor de RH do conselho, examinamos também por amostragem as bases de cálculos e retenções de INSS, FGTS e IRRF retidos dos funcionários e parte empresa.

Quanto ao INSS parte empresa, destacamos quanto a classificação do percentual da alíquota RAT incorreta, conforme já comentado neste relatório.

Já no exame do IRRF retido sobre salários, salientamos que estão sendo deduzidos dos funcionários os valores de impostos inferiores a R\$ 10,00, que conforme regulamento do imposto de renda RIR/99 estão dispensados, citando como exemplos:

Funcionários	IRRF
Ana Paula dos Santos	4,49
Ana Paula Mocelin	4,49
Ligia Mara de Castro	4,40
Maria Helena Silva	4,49
Marcia Rogerio da Silva Lisboa	4,49

7.10 – Processos Trabalhistas

Conforme nota explica número 2.2 – Práticas Contábeis, letra H) – Passivos Contingentes:

“Em conformidade com o que determina a NBC TG 25, relatamos a existência de 14 processo que o Conselho figura como réu, e outros 5 que o Conselho figura como interessado. Sendo 4 no âmbito trabalhista, 10 no âmbito civil. Dos quais 3 estão avaliados como “possível”, estimado o pagamento no valor R\$ 140.617,62. Tais ações podem gerar possíveis perdas ao CAU/PR. Considerando o elevado grau de incerteza, pois em nenhum processo houve qualquer decisão, não foram constituídas provisões para contingências.”

Salientamos que não foi possível identificar qual âmbito do processo se encontrava classificado como possível, porém chamamos a atenção quanto a existência de processos trabalhistas já existentes na época, assim como não foi encontrado/apresentado relatórios jurídicos da época para verificação.

8 – Presidente, Vice-Presidente e Conselheiros do CAU/PR no exercício

Conselheiros Gestão 2015-2017

Titular

Jeferson Dantas Navolar – Presidente

Irã José Taborda Dudeque – Vice Presidente

Nestor Dalmira

Orlando Busarello

Aníbal Verri Junior

Carlos Hardt

André Luiz Sell

Margareth Ziolla Menezes

Leandro Teixeira Costa

Ronaldo Duchenes

Bruno Soares Martins

Giovanni Guilherme Medeiros

Rafael Gimenez Gonçalves

Luiz Eduardo Bini Gomes da Silva

Cristiane Bicalho de Lacerda

Ideval dos Santos Filho

Suplente

Carlos Eduardo Salamanca

Eneida Kuchpil

Milton Gonçalves Zanelatto Gonçalves

Alessandro Filla Rosanelli

Caroline Salgueiro da Purificação M. Fenato

Carlos Domingos Nigro

Marcos Batista Veronez

Frederico Rupprecht Silva Bompeixe Carstens

Luiz Becher

Mariane Erban Romeiro

Rafael Sindelar Barczak

Glauco Pereira Junior

Maria Francisca Sottomaior Cury

Diorgenes Ferreira Ditrich

Antônio Carlos Zani

Vanderson de Souza Azevedo